

Questão Discursiva 00520

Considere a lei que disciplina a ação civil pública no caso hipotético a seguir.

A empresa Y S/A, atuante no ramo do petróleo e gás, é surpreendida com um acidente em plataforma de petróleo, o que causa danos ambientais no local e em vários estados da federação brasileira. Por força desse evento, vem a ser ré em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal apresentada na capital do Estado W, sede da empresa Y. A postulação aduzida consistiu em suspensão liminar das atividades e condenação em danos morais e materiais incidentes. Não há indicação dos prejudicados na peça inicial. A liminar é deferida, causando prejuízos de milhões de dólares à empresa. Houve recurso, improvido. O pedido é julgado procedente, e a ré é condenada a pagar cinco bilhões de reais pelos prejuízos causados e dez por cento de honorários advocatícios incidentes sobre o valor da condenação. Houve recurso.

Nos termos da legislação que prevê as circunstâncias descritas no caso acima, elabore um texto, em que se deverão abordar os aspectos elencados abaixo:

■ a Lei que disciplina essa ação, a Justiça competente e o fundamento constitucional dessa competência;

■ os recursos aí cabíveis e contra quais medidas eles serão interpostos;

■ o tipo da responsabilidade civil em foco e o que a caracteriza nas circunstâncias apresentadas;

■ os danos passíveis de indenização e em que circunstâncias serão identificados os prejudicados;

■ o destino final dos valores da condenação e dos honorários advocatícios.

Resposta #005036

Por: **Aline Fleury Barreto** 20 de Fevereiro de 2019 às 14:36

As ações coletivas formam um microsistema jurídico, no qual as leis esparsas (ação popular, ação civil pública, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção coletivo) dialogam entre si e com o Código de Defesa do Consumidor para a defesa dos interesses transindividuais.

A ação apresentada na questão se refere à ação civil pública, regida pela Lei 7.347/85, cujo art. 21 faz menção expressa à remissão para o Código do Consumidor. Neste contexto, a Lei 7.347/85 não apresenta resposta para a competência do juízo caso se trate de dano regional, mas o faz, o art. 93, II da Lei 8.078 (Código do Consumidor), indicando a capital do Estado ou DF aplicável sobre as regras do CPC (sede da Empresa ré - art. 53, III, a, NCPC).

Contra liminar em ação civil pública, interpõe-se agravo, conforme art. 12 da Lei 7.347, ao tempo que contra a sentença de procedência ou improcedência interpõem-se apelação (aplicação subsidiária CPC).

A responsabilidade ambiental é objetiva e a pena será aplicada tanto em desfavor da pessoa jurídica, quanto de seus gestores, de acordo com a lei de regência do direito material (Lei 9605 c/c art. 225/CF). Para tanto, basta dano (derramamento de óleo), ação/omissão (descarte) e nexos causal (Empresa Y como origem deste petróleo).

Os prejudicados, via de regra são identificados na execução da sentença (Art. 91 e seguintes da Lei 8078). Por fim, a condenação irá a fundo constituído ou estabelecimento oficial de crédito para a recomposição dos danos - reparação material e moral (art. 13 Lei 7347) e honorários não são devidos, a não ser que haja comprovada má-fé (art. 18).